

COHIDRO

Dirigentes do sindicato dialogam com os trabalhadores sobre pagamento de dissídios

Na manhã do dia 2, a direção do SINDISAN esteve na Cohidro para dialogar com os trabalhadores e trabalhadoras e repassar informações sobre as reuniões que os dirigentes do sindicato têm mantido com a direção da Companhia.

O objetivo das reuniões é definir os caminhos para dar cumprimento à sentença judicial ganha pelo SINDISAN, relativa aos dissídios coletivos de 2013 (reposição salarial de 5% e auxílio-alimentação de R\$ 225,00) e de 2015 (reposição salarial de 7%). O juiz determinou que a Cohidro retifique os salários nos contracheques de seus empregados até o dia 4 de agosto, sob pena de multa diária de R\$ 10 mil.

Foi passado para os trabalhadores o teor das tratativas com o presidente da Cohidro, Paulo Henrique Sobral, para que se cumpra a sentença, e este, em reunião realizada na última sexta-feira, 30, garantiu que os contracheques do mês de



▲ PAPO RETO | Diálogo com os trabalhadores aconteceu no pátio da Companhia

agosto já virão com as devidas correções relativas às conquistas dos dissídios de 2013 e de 2015.

A luta vai continuar para que ou-

tras pendências da Companhia com os trabalhadores sejam pagas e o passivo trabalhista com a categoria seja efetivamente sanado.

REFORMA

Sindicatos lutam pelos servidores e pelos serviços públicos

‘Porque não valorizar quem atende o povo de Sergipe?’, questionaram trabalhadores durante o protesto ‘Em Defesa dos serviços públicos, contra a Reforma Administrativa de Bolsonaro e por valorização das servidoras e servidores’, no dia 28/7, no Calçadão da João Pessoa, no Centro de Aracaju. O ato foi construído pela CUT, CTB, CSP Conlutas e pelo Fórum em Defesa dos Servidores Públicos de Sergipe.

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT/SE), Roberto Silva, falou sobre os efeitos negativos da Reforma Administrativa contra o serviço público e os servidores públicos.

‘A Reforma Administrativa legaliza os esquemas de ‘rachadinha’ e de corrupção, além de dificultar o concurso público e facilitar a contratação por ‘indicação política’, o

que significa a volta dos ‘trens da alegria’. Quem denuncia os esquemas de corrupção são os servidores concursados, que têm estabilidade. O fim da estabilidade dos concursados vai acabar com as denúncias de corrupção”, explicou Roberto Silva.

Outro alerta dos sindicalistas à população é que através da Reforma Administrativa e com a privatização do serviço público, a qualidade na prestação deste serviço ficará comprometida, além do custo alto da terceirização.

O protesto também denunciou a desvalorização dos servidores públicos federais, municipais e estaduais. ‘Cadê a revisão, governador? É direito constitucional!’, questionaram os sindicatos com faixas de protesto.

(Com informações da CUT/SE)



▲ Luis Moura, do Dieese, também participou

MARCO LEGAL

Processos de regionalização foram debatidos por dirigentes do Coletivo Nacional de Saneamento

Representantes de mais de 40 sindicatos de trabalhadores do saneamento participaram, no dia 28/7, de reunião do Coletivo Nacional de Saneamento (CNS) para debater os processos de regionalização do setor que estão ocorrendo em praticamente todos os estados do país, após a promulgação da Lei 14.026/20, que alterou o marco legal do saneamento.

Pedro Blois, presidente da FNU, abriu a reunião explicando a importância da compreensão do tema por todos para a definição dos encaminhamentos a serem tomados, porque afeta diretamente os trabalhadores das empresas públicas de saneamento.

O secretário de Saneamento da FNU, Fábio Giori, também defendeu o engajamento dos sindicatos no tema para evitar a destruição das empresas públicas de saneamento, em defesa dos direitos dos trabalhadores e, mais ainda, pelo direito ao acesso ao saneamento de qualidade para todos os brasileiros. “Os estados estão tomando as decisões sem a devida participação da sociedade, praticamente não estão sendo realizadas audiências públicas para debater os projetos”, disse Giori.

Para entender os processos de regionalização, o assessor de saneamento da FNU, Edson Aparecido da Silva, apresentou um panorama atual dos estados: 18 deles, até o momento, já encaminharam algum processo de regionalização, seja através de lei complementar (Microrregião), ou Lei Ordinária (Uni-

dade Regional de Saneamento). Seis estados já sancionaram leis ordinárias e outros 12 editaram leis complementares.

Lembrando que as unidades regionais de saneamento, criadas por lei ordinária, não exigem que os municípios que as integram sejam contínuos e a adesão à unidade regional é voluntária. Já as microrregiões são criadas por Lei Complementar e os municípios devem ser contíguos, e a adesão à microrregião é compulsória.

O assessor jurídico da Federação, Dr. Luiz Alberto Rocha, explanou sobre as ações que tramitam na Justiça para impedir que, para além da regionalização, ocorram as privatizações das companhias. Ele enfatizou a importância da mobilização para “pressionar” o STF que deve julgar, em 24 de novembro, as Ações Diretas de Inconstitucionalidade – ADIs 6536 e 6492, que têm como objeto o Marco Legal do Saneamento (Lei 14.026/20) e estão sob re-



▲ Dirigentes de mais de 40 sindicatos participaram de forma remota

latoria de Luiz Fux.

Na sequência, os representantes dos sindicatos falaram dos processos em seus estados e suas implicações, assim como sobre as ações que estão sendo tomadas.

O CNS tem nova reunião agendada para 12 de agosto, quando devem ser traçadas novas estratégias a serem desenvolvidas em conjunto pelos sindicatos, tanto em relação aos processos de regionalização quanto aos de privatização das empresas públicas.

(Com informações da FNU)

ETA de Japoatã está em péssimas condições



■ A situação na ETA de Japoatã é de total abandono e péssimas condições de trabalho para os operadores, que atuam em escalas de 24h x 72h e a ETA não possui as mínimas condições para que eles possam cumprir suas jornadas de trabalho de forma digna. Telhado cheio de goteiras, produtos químicos e bombas próximo à sala do operador, péssima iluminação, além do difícil acesso ao local, que se dá por uma estrada de barro. Esperamos que a DESO priorize uma reforma daquela ETA com urgência.